

Secretaria Municipal de Administração

Processo Administrativo nº 79.097/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços, por meio de Registro de Preços, para locação, montagem, desmontagem e suporte técnico de painéis de led para utilização em eventos do Município de Campo Largo.

1.2. Quantitativos e valores de referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	CATSER	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED INDOOR CURVO PH1.9MM, ÂNGULO DE AJUSTE DE NO MÍNIMO -7,5° A +10°, DIE-CASTING ALUMINUM, 1000NITS, TAXA DE REFRESH 3840HZ, IP40/IP21 COM ESTRUTURA E SISTEMA DE PROCESSAMENTO – PARA 1 DIA	117350	13757	M²	810	R\$ 700,00	R\$ 567.000,00
2	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED PH 2.9MM OUTDOOR , TAXA REFRESH 3.840HZ, LUMINOSIDADE (NIT) 4.000, TAXA DE CONTRASTE 4.000:1, TEMPERATURA DE COR 6.500K, ÂNGULO VISUAL DE 160/150° COM ESTRUTURA E SISTEMA DE PROCESSAMENTO – PARA 1 DIA	117351	13757	M²	1.500	R\$ 529,67	R\$ 794.505,00
3	POSTER LED PH 1.8MM, COM 0,64 X 1,92 (L X A)	117352	13757	LOCAÇÃO	50	R\$ 2.179,33	R\$108.966,50
4	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED INDOOR CURVO PH1.9MM, ÂNGULO DE AJUSTE DE NO MÍNIMO -7,5° A +10°, DIE-CASTING ALUMINUM, 1000NITS, TAXA DE REFRESH 3840HZ, IP40/IP21 COM ESTRUTURA E SISTEMA DE PROCESSAMENTO – PARA ATÉ 5 DIAS	117478	13757	M²	640	R\$ 3.500,00	R\$ 2.240.000,00
5	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED PH 2.9MM OUTDOOR , TAXA REFRESH 3.840HZ, LUMINOSIDADE (NIT) 4.000, TAXA DE CONTRASTE 4.000:1, TEMPERATURA DE COR 6.500K, ÂNGULO VISUAL DE 160/150° COM ESTRUTURA E SISTEMA DE PROCESSAMENTO – PARA ATÉ 5 DIAS	117479	13757	M²	200	R\$ 2.648,35	R\$ 529.670,00
TOTAL							R\$ 4.240.141,50

1.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 4.240.141,50** (quatro milhões, duzentos e quarenta mil, cento e quarenta e um reais e cinquenta centavos).

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade



1.4. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. Os serviços desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Art. 38 do Decreto Municipal nº 316/2023.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.6. O serviço é enquadrado como não contínuo.

Prazo de vigência

1.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, a critério da Administração.

1.8. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9. Na presente contratação não serão estabelecidas cotas destinadas exclusivamente a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que o objeto consiste na contratação de serviços, não se enquadrando na hipótese prevista no art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar, que estabelece: deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A locação, montagem, desmontagem e suporte técnico de painéis de led para eventos do Município se faz necessária para a adequada estrutura das festividades, bem como atender o porte do evento.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2027, publicado no sítio eletrônico no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC 2027 <https://pncp.gov.br/app/pca/76105618000188/2027>.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência do fornecimento dos serviços, com previsão de serem de forma parcelados, conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários, sendo a opção mais viável, pois possui características vantajosas para a Administração Pública. Por exemplo, o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, onde a Administração tem a discricionariedade de agir conforme as suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. A referida contratação servirá para atender a demanda de eventos do município, como a instalação, manutenção e desinstalação de painéis de led, considerando que serão utilizados para festividades que promovem o desenvolvimento econômico e social ao Município de Campo Largo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Os produtos deverão ser constituídos em parte por material reciclado, consumir menos energia em seu uso; usar menos recursos naturais em seus processos produtivos; diminuição de ruídos sonoros; promover a segurança dos equipamentos, dos colaboradores e consumidores nos eventos e investir em inovação e tecnologia sustentável.

Garantia da contratação

4.2. Não será exigida garantia da contratação, prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando as características do objeto e a avaliação dos riscos envolvidos na locação, montagem, desmontagem e suporte técnico de painéis de LED para eventos do Município.

4.2.1. A decisão pela não exigência da garantia contratual considera as medidas de fiscalização da execução, as obrigações atribuídas à contratada quanto à



disponibilização, montagem, funcionamento e desmontagem dos equipamentos, a exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme previsto neste Termo de Referência, e a aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual.

4.3. A não exigência da garantia deverá estar devidamente justificada no processo administrativo, com base na avaliação dos riscos da contratação.

Outros requisitos aplicáveis (Especificações locais da contratação)

4.4. Os serviços deste documento possuem natureza comum devido a sua forma de execução, sendo realizados por qualquer empresa do ramo. Também se destaca que os serviços pretendidos não possuem natureza continuada, pois os mesmos serão executados em eventos isolados que não possuem frequência certa, além disso, ocorrerão conforme planejamento das ações das Secretarias requisitantes.

4.5. A locação, montagem e desmontagem de painéis de led, bem como o suporte técnico, incluindo toda a infraestrutura, como materiais e transporte são de responsabilidade da empresa contratada.

4.6. Os produtos a serem locados deverão estar em perfeito funcionamento e apresentar ótima qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam sua usabilidade e deverão atender rigorosamente às prescrições estabelecidas na licitação.

4.7. Para atender os requisitos necessários à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação, montagem, desmontagem e suporte técnico de painéis de led para a realização de eventos realizados pela Prefeitura de Campo Largo, a execução do objeto será prestada por empresas devidamente capacitadas, cujos critérios de habilitação encontram-se detalhados na seção de Qualificação Técnica deste Termo de Referência.

4.8. Os serviços deverão ser executados observando as técnicas adequadas recomendadas pelo fabricante dos materiais e equipamentos, que facilitem a operação e a manutenção dos bens a serem instalados.

4.9. A Contratada deverá, também, disponibilizar profissional que possua técnica de manuseio com equipamentos utilizados nos eventos e profissionais habilitados para executar montagem, desmontagem e apoio técnico dos itens objeto desta contratação, que possuam conhecimento das Normas Regulamentadoras e Segurança do Trabalho.



4.10. A empresa Prestadora de Serviços será responsável exclusiva e isoladamente pelas atividades desenvolvidas por seus funcionários, bem como por viabilizar a segurança de seus funcionários nos locais dos serviços, desonerando desde já a CONTRATANTE de qualquer obrigação trabalhista, sindical, estatutária ou qualquer outra que advenha dos serviços a serem prestados.

4.11. A empresa CONTRATADA será a responsável pelo registro da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução dos serviços junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) para cada evento, correndo por sua conta todos os custos deste registro.

4.12. O engenheiro da prestadora de serviços, registrado junto ao CREA, que assinará as ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica) será o responsável técnico pela supervisão dos serviços junto aos órgãos oficiais, sendo para todos os efeitos legais relativos à parte técnica nomeado como preposto técnico da empresa Prestadora.

4.13. Declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, atestando a disponibilidade imediata dos materiais, equipamentos e/ou insumos necessários para execução integral do objeto licitado, conforme especificações técnicas do edital, no prazo e condições estabelecidos.

4.14. Regularidade Fiscal e Trabalhista: Verificação da regularidade fiscal e trabalhista dos fornecedores, incluindo a comprovação de regularidade junto ao Fisco e ao Ministério do Trabalho.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Após a emissão da Nota de Empenho e o encaminhamento de cópia ao fornecedor, a entrega dos itens, bem como a montagem terão prazo de até 10 (dez) dias corridos, podendo o prazo ser alterado, a critério do CONTRATANTE, mediante justificativa.
- 5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.



5.1.3. No momento da entrega o responsável pelo recebimento poderá recusar os produtos se estes não atenderem às especificações, devendo a Contratada substituí-los no prazo máximo de 12 (doze) horas e que não prejudique a realização do evento.

Rotinas a serem cumpridas

5.2. O fornecedor deverá substituir ou repor o produto quando:

5.2.1. O produto não atende as legislações necessárias, bem como outras referentes ao produto em questão, de acordo com o descritivo solicitado.

5.3. As notas fiscais deverão ser protocoladas após o término da desinstalação do serviço, no site: <https://campolargo.atende.net/>.

5.4. Local e horário da prestação dos serviços:

5.4.1. Os itens deverão ser entregues nos endereços e horários estabelecidos pela secretaria solicitante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Rotinas de Fiscalização

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);



6.6. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art . 23 , I e II , do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.13.1. Acompanhamento do recebimento dos produtos nos locais de entrega, para verificação das exigências.



Gestor do contrato

6.14. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços de locação deverão atender as especificações constantes no Termo de Referência.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;

7.20. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

7.21. Poderá ser deduzido do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

7.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.23. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela



Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado em **07/10/2026**.

7.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, utilizando-se como índice oficial o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro que legalmente o substitua, exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



7.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.35. O reajuste será realizado mediante abertura de processo administrativo no portal do cidadão: campolargo.atende.net/cidadao – Acessar Autoatendimento, por provocação da parte interessada.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- 1) der causa à inexecução parcial do contrato;
- 2) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 3) der causa à inexecução total do contrato;
- 4) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 5) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 6) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



8.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas preferencialmente por meio eletrônico para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.7.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação



ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, tendo em vista que a contratação se dará por meio de Registro de Preços e o fornecimento do objeto será parcelado para atender à demanda dos eventos municipais, conforme as necessidades da Administração.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



Habilitação jurídica

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art . 107 da Lei nº 5.764 , de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.20.1. O proponente cuja sede seja Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara ou São José dos Pinhais deverá apresentar a certidão negativa de processos falimentares da comarca de Curitiba-PR.

9.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais – exigíveis com base na data limite definida pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;



9.21.1. Independentemente da estrutura societária, regime jurídico ou porte empresarial, todos os licitantes deverão apresentar balanços patrimoniais e demonstração dos resultados do exercício, incluindo os MEIs, as MEs e as EPPs. Os balanços devem ser elaborados por profissional de contabilidade devidamente habilitado, em conformidade com as normas contábeis vigentes, e ainda, estar devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão equivalente (TCE-PR, Processo nº 243570/23, Acórdão nº 760/2023, Tribunal Pleno, Rel. Cons. Fabio de Souza Camargo, julgado em 10/04/2023, veiculado em 19/04/2023).

9.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.23.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.23.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.23.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.23.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.23.6.1. ata de fundação;

9.23.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.23.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.23.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.23.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;



9.23.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.23.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação Técnica

9.24 Apresentar registro e/ou certidão do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza das atividades técnicas exigidas para a execução do objeto.

9.25 Apresentar comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa licitante, mediante documentação admitida pela legislação aplicável, podendo o profissional integrar o quadro societário, ser empregado ou possuir vínculo contratual com a empresa, observadas as exigências legais pertinentes

9.26 Atestado Técnico Operacional (Pertinência do Objeto): Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços de locação, montagem, desmontagem e suporte técnico operacional de painéis de LED, compatíveis em características com o objeto desta licitação.

9.27 Os atestados deverão demonstrar experiência anterior compatível com as características e a complexidade dos serviços contratados, abrangendo, conforme o caso, a disponibilização dos equipamentos, sua montagem e desmontagem e o suporte técnico necessário à utilização dos painéis de LED em eventos.

9.28 Critério Quantitativo Mínimo: Para fins de comprovação da capacidade técnica operacional, o atestado emitido deve ser de quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado, em uma única contratação ou na soma de contratos, desde que comprovadamente similares em natureza e porte. O licitante deverá comprovar através dos atestados a execução anterior de, no mínimo:

9.28.1 Painéis INDOOR (PH 1.9mm ou similar): Mínimo de 725 m²;

9.28.2 Painéis OUTDOOR (PH 2.9mm ou similar): Mínimo de 850 m²;

9.28.3 POSTER LED (0,64 x 1,92m): Mínimo de 25 unidades.



10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 4.240.141,50 (quatro milhões, duzentos e quarenta mil, cento e quarenta e um reais e cinquenta centavos)**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Orçamento do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Ação: 2071 - Ações de Fomento e Promoção do Esporte e do lazer

Referência: 1277



Vínculo: 0

Elemento: 33390390000000000000 - Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica

Secretaria Municipal de Educação

Ação: 2084 - Manutenção da Gestão de Infra Estrutura e do Planejamento das Atividades da SME

Referência: 613 e 614

Vínculo: 00104 e 00107

Elemento: 33390390000000000000 - Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica

Secretaria Municipal de Saúde

Ação: 2024 - Manutenção da Gestão do FMS

Referência: 971

Vínculo: 00494

Elemento: 33390390000000000000 - Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica

Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Ação: 2015 - Gestão de Fomento e Desenvolvimento

Referência: 1231

Vínculo: 0

Elemento: 33390390000000000000 - Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação

Ação: 2058 - Ações para Serviços de Atração de Investimentos e de Apoio ao Empreendedorismo

Referência: 200

Vínculo: 0

Elemento: 33390390000000000000 - Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Ação: 2065 – Ações de Gestão de Parques Urbanos

Referência: 410

Vínculo: 0

Elemento: 33390390000000000000 - Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Ação: 1052 - Festividades Culturais/Turísticas Municipais

Referência: 665

Vínculo: 0

Elemento: 33390390000000000000 - Outros Serviços de terceiros - pessoa jurídica

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



Isabella Baroni Rivabem
Secretária Municipal de Administração

Bruno dos Santos
Fiscal de Contrato

Rodrigo de Paula Ferreira
Suplente do Fiscal de Contrato

Maria Inês dos Santos Poiani
Fiscal de Contrato

Daiana Maria Gequelin
Suplente do Fiscal de Contrato

Franciele dos Santos Leite Couto
Fiscal de Contrato

Monique de Lazzari
Suplente do Fiscal de Contrato

Roberto de Almeida
Fiscal de Contrato

Everton Melo de Bastos
Suplente do Fiscal de Contrato

Tiago Kaminski
Fiscal de Contrato

Alessandra Garcia Joanico
Suplente do Fiscal de Contrato



Antonio Marcos Lopes

Fiscal de Contrato

Matheus Vidal Antunes

Suplente do Fiscal de Contrato

Andressa Cristine Pereira dos Santos

Fiscal de Contrato

Ketlyn Rozangela dos Santos Freitas

Suplente do Fiscal de Contrato



Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Almoxarifado Central

Memorando nº 110/2026

Ao Departamento de Licitações

Assunto: Solicitação de Ajuste/Inclusão de Observação no Termo de Referência – Processo Administrativo nº 79.097/2026.

Prezados(as),

Reportamos ao **Processo Administrativo nº 79.097/2026**, que trata da contratação de empresa especializada para locação, montagem, desmontagem e suporte técnico de **painéis de LED** para o Município de Campo Largo, cujo Termo de Referência já se encontra devidamente encartado nos autos.

Solicitamos que, antes do prosseguimento dos atos formais do certame, seja incluída uma **observação específica referente ao Item 3** do quadro de quantitativos e valores de referência, que trata da locação de **POSTER LED PH 1.8MM, COM 0,64 X 1,92 (L X A)**.

A referida observação deve explicitar e alinhar que **o valor unitário fixado para o Item 3 corresponde estritamente ao período de uma diária de 24 (vinte e quatro) horas de locação**.

Justifica-se a inserção para garantir a clareza na formulação das propostas pelas licitantes e mitigar riscos de divergências interpretativas durante a execução contratual, mantendo o padrão já indicado implicitamente nos demais itens de diária única do documento.

Diante do exposto, solicitamos o acolhimento deste ajuste para a regular continuidade do processo licitatório.

Atenciosamente,

Isabella Baroni Rivabem
Secretária Municipal de Administração

Emilly Cristina Chicalski dos Santos
Chefe de Divisão

